

A TRAJETÓRIA DOS MUSEUS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Monica Junqueira de Camargo^{*}

Introdução

A Universidade de São Paulo - USP como a mais antiga instituição pública universitária e dotada de vasto e diversificado patrimônio cultural é uma fonte privilegiada para se discutir o papel dos museus na estrutura acadêmica. As edições comemorativas à sua criação (CAMPOS, 1954; WITTER, 1984; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985; MOTOYAMA, 2006; GOLDEMBERG, 2015) revelam o papel que os museus vêm assumindo na formação intelectual e na produção científica das mais diversas áreas do conhecimento e, de forma notável, na extensão universitária. Com breve menção no decreto de sua criação, o museu veio paulatinamente conquistando mais destaque na estrutura acadêmica, com a incorporação de expressivas coleções na década de 1960, a constituição

^{*}Arquiteta pela Universidade Mackenzie, com mestrado em Arquitetura pela mesma Universidade e doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, livre-docência pela mesma Universidade. Trabalhou como arquiteta de 1977 a 2003 na Prefeitura do Município de São Paulo - Departamento do Patrimônio Histórico e Divisão de Pesquisas do Centro Cultural São Paulo. Lecionou História da Arquitetura no Brasil na Universidade Mackenzie de 1987 a 2003. Desde então é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. É Diretora do Centro de Preservação Cultural da USP (2014 - atual). monica.junqueira@outlook.com

de um sistema de museus a partir da década de 1980 e autonomia com um novo regimento na década de 1990.

Neste texto, buscamos analisar as principais medidas que propiciaram a incorporação de importantes acervos à Universidade paralelamente à criação de suas próprias coleções, e de sua relação na construção do conhecimento científico e na formação dos estudantes.

Fruto de um contexto que reunia forças reformadoras sociais e perspectivas de liderança nacional, a criação da USP,

(...) através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras inseriu-se dentro de um projeto que poderíamos chamar de iluminista tardio, porque estava ligado a uma burguesia esclarecida que queria educar e transformar através da ciência, da educação e da cultura (ABREU *apud* MOTOYAMA, 2006, p.667).

Criada pelo decreto estadual n.º 6.283 de janeiro 1934, assinado pelo então governador Armando Salles de Oliveira, a partir de um projeto elaborado por uma comissão composta por Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Antonio Almeida Jr., A. de Sampaio Dória, Agesilau A. Bittencourt, Vicente Rao, F.A. da Fonseca Telles, Cristiano Altenfelder Silva e Henrique Rocha Lima, paulistas que “viam na criação da Universidade um instrumento de progresso” (WITTER, 1984, p. 24).

A Universidade como Estratégia Política

No início da década de 1930, o estado de São Paulo, extremamente abalado, tanto do ponto de vista econômico, devido à crise econômica deflagrada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, como político, pela derrota na revolução de 1932, consolidou os anseios reformistas deflagrados pelas campanhas a favor da instrução pública da década anterior, investindo na criação de uma universidade. As campanhas promovidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (Inquérito sobre a Instrução Pública, de 1914, sob orientação de Júlio de Mesquita Filho, entre 27 de fevereiro e 20 de abril de 1914 e de 1926); as Conferências Nacionais de Educação; e *O Problema Universitário Brasileiro* (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985; CALDAS, 2001) abriram caminho para a criação da universidade, de forma que:

(...) a USP foi a primeira reordenação do ensino superior a entrar em funcionamento depois do Decreto Federal n.19.851 de 11-4-1931, que estabeleceu o estatuto das universidades brasileiras, no bojo das reformulações almejadas pela Revolução de 30. (...) O Governo Provisório da República instituiu em 1931 o regime universitário, mas foi São Paulo que tomou em 1934 a iniciativa de executá-lo em sua plenitude (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985, p.23).

Somava-se a isso um projeto político para reposicionar São Paulo no panorama nacional, conforme discurso de Mesquita Filho como paraninfo da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 1937: “Vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação” (MESQUITA FILHO, 1969, *apud* WITTER, 1984, p.25).

A relação estabelecida, por parte da elite paulista, entre a derrota política e a importância da pesquisa científica para a construção de estratégias de desenvolvimento para a recuperação do Estado, ajudou a impulsionar a criação da Universidade de São Paulo.

Segundo o decreto, a nova Universidade deveria constituir-se de dez institutos oficiais e dez de apoio, incluídos nesta relação as já existentes escolas, faculdades e institutos de formação profissional e investigação científica. Eram seis as escolas de ensino superior existentes na capital: a mais antiga delas, a Faculdade de Direito, criada em 1827 por D. Pedro I, passava a partir de então da administração federal para a estadual; a Escola Politécnica, criada em 1894, a Escola de Farmácia de 1898, a Escola de Medicina de 1912, a Escola Superior de Agricultura Luis de Queirós, de 1913, o Instituto de Educação de 1933. O decreto identifica e registra nove institutos de pesquisa científica, entre eles o “Museu de Arqueologia, História e Etnografia, que é o Museu Paulista” (CAMPOS, 1954, p.101), e esclarece ainda que:

os profissionais especializados das instituições referidas poderão prestar auxílio ao ensino universitário na realização de cursos, mediante resolução do Conselho universitário e de acordo com os programas aprovados pela direção dos respectivos Institutos, Escolas ou faculdades (BRASIL, § 2º do Art. 4º).

A incorporação desses organismos técnico-científicos, que até então atuavam isoladamente, a uma estrutura universitária significaria uma somatória de conhecimento e permitiria profícua troca entre as diversas áreas, ampliando exponencialmente o potencial da nova Universidade. Entretanto, apesar do reconhecimento explícito da importância dos institutos científicos e museu na estrutura universitária, estes continuaram isolados da dinâmica acadêmica, com poucas referências encontradas na documentação da universidade até a década de 1960. As esparsas menções, como na ata de uma reunião do Conselho Universitário: “para que se cogite de instalar um museu de história Natural na Cidade Universitária, ideia aceita em princípio, como de grande utilidade para o ensino”; e da sessão de 5/352, “o Conselho aprovou, unanimemente, a iniciativa do sr. Prefeito Municipal de criar um Museu de Ciências, nesta Capital” (CAMPOS, 1954, p.131), revelam que até praticamente os anos 1960 a universidade pouco incorporou na sua estrutura dos institutos de apoio, exceto ações muito pontuais.

Os Museus e Acervos no Quadro Institucional da USP

A consolidação do campus do Butantã como sede da Universidade se deu em um momento propício à reorganização da estrutura universitária. As reformas decorrentes da promulgação da lei de Diretrizes e Bases (nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), em âmbito nacional, e a incorporação de novos acervos incitaram a reflexão sobre a estrutura existente. Os institutos e museus de apoio, bem como os acervos e as coleções que foram doados ao longo desses trinta anos, exigiram decisões importantes para a sua integração à dinâmica acadêmica. O movimento de democratização dos Museus encampado pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM), criado em 1946 no âmbito da UNESCO, bem como as iniciativas regionais e internacionais orientadas para uma crescente acessibilidade e impacto social dos museus, repercutiram nas políticas museológicas a partir de então.

Foram incorporados e criados na USP acervos museológicos que obrigaram a uma reflexão sobre a cultura museológica no âmbito do conhecimento científico, levando a decisões importantes para o desenvolvimento dos museus universitários. Em 1962, foi criado o Instituto dos Estudos Brasileiros (IEB), em 1963, o Museu Paulista (MP) foi definitivamente incorporado à USP, pelo decreto n.º 7.843 de 11 de março, e foi criado o Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC, portaria 18 de 22 de fevereiro) a partir das doações de Francisco Matarazzo Sobrinho e Yolanda Penteado que integravam o Museu de Arte Moderna. Em 1964, foi criado o Museu de Arte e Arqueologia pelo decreto n. 43.304 de 8 de maio, e em 1969 o Museu de Zoologia, pelo decreto n. 98 de 13 de junho.

A incorporação dos museus no âmbito da estrutura acadêmica suscitou alguns projetos arquitetônicos para a implantação de suas unidades, de modo a reuni-las em um grande conjunto cultural central que agitasse a vida acadêmica, uma delas para o MAC, em 1975, dos arquitetos Paulo Mendes da Rocha e Jorge Wilhelm. No entanto, dez anos mais tarde, na edição comemorativa do cinquentenário da universidade, ainda se constata a falta de espaços adequados: 1, que estabeleceu o estatuto da

os museus da USP ainda não encontraram o espaço merecido, desde que se imaginou que pudessem ser reunidos em um Conjunto na praça Magna. Com exceção do Museu Paulista, incorporado em 1963, e de seu vizinho, Museu de Zoologia, os outros improvisaram-se ao longo do conjunto residencial (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985, p.65).

Na reforma universitária de 1988 foram criadas as pró-reitorias, sendo uma delas a de Cultura e Extensão (PRCEU), que evidenciou a importância dos museus à extensão universitária e colocou a integração dos museus na pauta das discussões acadêmicas. Segundo o professor Avansi de Abreu, pró-reitor de Cultura e Extensão entre 1997 e 2005, foi “(...) no fim da década de 70 quando começou a se perceber a importância que os museus tinham no relacionamento com a sociedade, especialmente para o magistério e para o primeiro e segundo grau.” (*apud* MOTOAYAMA, 2006, p. 666) A exposição sobre o Cometa Halley, organizada pelo professor Ernest Wolfgang Hamburguer, em 1986, evidenciou esse potencial:

(...) houve mais de 70 mil visitantes no prédio da Geografia. Ficou claro então que uma exposição científica é uma maneira bastante forte de interagir com as escolas e com a população em geral, principalmente sobre um assunto, como naquela época, que a mídia estava tratando intensamente (HAMBURGUER *apud* CALDAS, 2001, p.192).

A ideia de um Museu de Ciências, graças ao empenho do professor Hamburger, ganhou força nos debates acadêmicos, chegando a ser elaborado, sob sua coordenação, um projeto para um Centro de Ciência - um edifício de 6 mil metros quadrados - na Praça do Relógio (HAMBURGUER, 2001, p.193). Se no plano das ideias esse museu passava a ser assimilado pela Universidade, enquanto dotação orçamentária não conseguiu se efetivar frente às disputas internas pelas verbas que seriam necessárias para sua realização. Contribuiu ainda para a dispersão desse projeto a incorporação à USP, em 1990, da Estação Ciência, que pertencia ao CNPQ.

Em 1994, o professor Hamburger assumiu a Estação Ciência com o objetivo de institucionalizá-la no âmbito da universidade, quando foi retomada a possibilidade da criação de um Museu de Ciência da USP. Ambos deveriam integrar-se, segundo ele, numa mesma proposta, que também nunca aconteceu (CALDAS, 2001). O desdobramento dessas iniciativas culminou com a constituição, em 2000, de uma comissão especial - com membros do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Museu de Zoologia (MZ), Comissão de Preservação Cultural (CPC) e do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (FUNDUSP) - para planejar e implantar, sob um novo formato, um museu de ciência, que derivou para duas orientações distintas.

Uma proposta baseava-se na criação de um espaço adequado a acolher esse grande museu, que acabou por se conformar em um setor de museus - denominado Praça dos Museus - na Cidade Universitária junto à entrada da Avenida Corifeu de Azevedo Marques, cujo projeto é do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. A obra teve início em 2012 e foi interrompida devido à contenção de verbas que vem sendo adotada desde 2014.

A outra vertente encaminhou-se para o levantamento dos vários acervos existentes na Universidade, quando se promoveu um diagnóstico inédito realizado pela Comissão de Patrimônio Cultural da USP (CPC) sob a coordenação da professora Maria Cristina Bruno (MAE) com a colaboração da professora Maria Cecília França Lourenço (FAU). Nesse levantamento foram identificados 30 centros de documentação com potencial museológico, que poderiam constituir uma rede associada à estruturação de um Centro de Interpretação da Realidade (HAMBURGUER, 2001, p.193) que, todavia, não passou de uma ideia.

Foram várias tentativas inconclusas, e o Museu de Ciências da USP só foi oficialmente criado em 2002, no âmbito da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, cuja atuação tem sido distinta daquelas anteriormente pensadas.

A criação, em 1986, da mencionada Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) da USP, cujo objetivo é conhecer e refletir sobre seu patrimônio, revela a dimensão que esse tema vem assumindo no âmbito universitário. Dentre as suas várias iniciativas, a CPC realizou trabalhos que constituíram referências nacionais. Em 2000, publicou o *Guia de Museus Brasileiros*, identificando o maior número de instituições de que se tinha notícia naquele momento, e promoveu a Semana de Museus, um encontro bienal que aconteceu entre 1997 e 2009 reunindo museus universitários e independentes de todo país, que permitiu importante troca sobre as questões museológicas. Em 2003, tomando como referência a publicação *Bibliografia: coleções e acervos da USP*, de 2001, um levantamento das dissertações e teses baseadas no acervo do Museu de Zoologia, a CPC, em parceria com o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBi), sob a coordenação da professora Ana Lucia Duarte Lanna e da diretora Técnica do SIBi Adriana Cybele Ferrari, propuseram uma edição com o levantamento dos acervos e coleções dos órgãos inventariados pelo diagnóstico de 2000, intitulada *Catálogo das coleções especiais e acervos museológicos da USP*. Com informações sobre conteúdo, local, horário e condições de funcionamento de 97 coleções, distribuídas entre 20

unidades de ensino, 17 museus e um instituto especializado, pretendia-se apoiar a pesquisa e facilitar a identificação do uso desses acervos nas teses acadêmicas. Com a mudança de gestão e carência de funcionários, esse levantamento sistemático da relação entre os acervos e a produção acadêmica nunca foi implantado. Entretanto, nos últimos dois anos o CPC vem trabalhando na atualização do inventário dos acervos, a partir do qual e com a colaboração do SIBi e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação será possível constituir esse dossiê.

A evidente relevância da preservação do patrimônio universitário associada à destacada atuação da CPC levou a sua transformação, em 2002, em um órgão da PRCEU: Centro de Preservação Cultural que, em 2004, passou a ser sediado na Casa de Dona Yayá, no bairro da Bela Vista. Trata-se de um bem tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) cujo restauro, coordenado pela professora Regina Tirello, pretendeu evidenciar todas as suas camadas históricas, deixando à mostra o processo de identificação, recuperação e manutenção desse imóvel. O CPC tem promovido cursos, seminários, palestras, exposições, publicações que têm ajudado a divulgar o patrimônio cultural da USP, fomentando a troca de ideias com instituições nacionais e internacionais.

O regimento de 1990 sinaliza alguns avanços em relação à integração dos museus na estrutura universitária, como a criação de uma Coordenação de Museus, em que se pretendia a administração dos quatro museus estatutários como um sistema. Quanto ao quadro funcional, o artigo 50 estabelece que: “para fins de ingresso e progressão na carreira, os museus são equiparados aos departamentos da Universidade de São Paulo, aplicadas no que couber, as normas estatutárias e regimentais sobre a atividade docente”. Em 1995, outra medida para a sobrevivência desses museus foi tomada: a criação de cargos para quatro especialidades - pesquisa de apoio; documentação museológica; projetos de exposição e conservação.

Foram iniciativas importantes, sem dúvida, que deveriam ser seguidas de outras, cuja morosidade de implementação atingiu drasticamente a dinâmica dessas unidades. A portaria mais recente, de 2010, relativa ao Plano de Carreiras e Funções que aglutinou todas as especificidades em um só cargo, acabou por comprometer o desempenho profissional, uma vez que não reconhece as especificidades das várias atribuições.

Entretanto, o processo de integração, sobretudo do corpo funcional, tropeçou em muitos percalços. A equiparação das carreiras dos técnicos desses órgãos à dos docentes não foi imediata, pelo contrário, demorou algumas décadas e as necessidades funcionais dos novos museus ainda não foram supridas, conforme análise de Brandão e Costa (2007).

A implementação dos cursos de pós-graduação nos museus, a partir dos anos 2000, integrou-os definitivamente na produção do conhecimento científico, inclusive com algumas contribuições inéditas, como o programa interunidades, permitindo a relação inter e transdisciplinar, tão estimulada nos últimos anos.

A multiplicação de iniciativas de musealização e memorialização de acervos oriundos das práticas de ensino, pesquisa e extensão das várias unidades da USP verificada nos últimos anos, expõe a enorme demanda para a formalização de espaços institucionais de memória e de preservação dos registros das trajetórias da universidade e de seus personagens.

Tal movimento tem gerado crescente solicitação de apoio à organização e conservação de documentos de algumas unidades aos poucos centros de conservação existentes nos museus, que levou à proposta de criação, em 2007, de um *Core Facility* para a Conservação Científica de Fotografia e Papel, no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa. Esse centro, envolvendo vários museus e unidades, deveria constituir uma referência de pesquisa e de formação profissional nessa área e chegou a ter o apoio da FINEP para a compra de equipamentos, carecendo ainda de um local adequado e de profissionais especializados.

A promoção de editais de fomento às iniciativas de preservação do patrimônio universitário, inclusive para os acervos, lançados em 2012, constituiu um apoio inédito à preservação, permitindo ações inusitadas e fundamentais na inventariação e conservação dos acervos universitários.

A diversidade dos acervos e das políticas de preservação de cada um dos museus, bem como a complexidade das questões envolvidas, abre um leque de especulações e considerações que certamente não conseguiremos esgotar, mas selecionamos, a partir de suas respectivas trajetórias, aquelas que julgamos que podem contribuir ao debate dos museus universitários.

Museus Estatutários, Institutos e Órgãos da PRCEU

São quatro os museus estatutários da Universidade de São Paulo: Museu Paulista (MP), do qual fazem parte o Museu do Ipiranga e o Museu Republicano de Itu; Museu de Zoologia (MZ); Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e Museu de Arte Contemporânea (MAC). Embora não nomeado museu, mas com a mesma relevância e estatuto que os mencionados, cabe destacar o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), cuja variedade de acervo abrange diversas áreas do conhecimento.

A Resolução n.º 5904, de 23/12/2010, deu aos quatro museus autonomia administrativa, garantindo a liberdade de pesquisa, cultura e de integração; a gestão da carreira docente por meio dos seus próprios Conselhos, e a sua representação no Conselho Universitário, equiparando-os às unidades de ensino, que possibilitou a criação, em 2012, do Programa de PósGraduação Interunidades em Museologia.

Este programa, o segundo mestrado em museologia existente no Brasil, constitui uma contribuição importante ao aprofundamento da área de conhecimento e à formação profissional. A participação dos quatro museus em um mesmo programa promoveu a aproximação entre eles, possibilitando a troca de ideias e estimulando a integração com as várias unidades de ensino. Todos dotados de setor educativo, que tem desenvolvido políticas de difusão do conhecimento científico que constituem referências nacionais. Três dos museus estatutários Museu

Paulista; Museu de Zoologia e Museu de Arte Contemporânea localizam-se fora dos limites da cidade universitária, em diferentes bairros da cidade, alcançando um público mais amplo e diversificado, o que tem favorecido a extroversão do conhecimento.

Museu Paulista

Inaugurado em 1895, foi o primeiro museu público da cidade de São Paulo. A história da formação do seu acervo, hoje constituído de mais de 125 mil unidades, entre objetos, iconografia e documentação arquivística, do século XVII até meados do século XX, revela a própria conformação da ideia de museu na sociedade paulistana a partir do século XIX e da sua assimilação na comunidade acadêmica.

Inicialmente concebido como uma instituição científica, no âmbito do movimento de institucionalização das ciências naturais no país no final do século XIX (LOPES, 2009), tal como o Museu Nacional e o Museu Paraense, o Museu Paulista teve como origem a doação da coleção de Joaquim Sertório, até então um museu particular. Esse acervo foi instalado no edifício-monumento construído para a celebração da independência nacional, no sítio histórico onde se oficializou a proclamação - o Ipiranga. Assumiu, portanto, desde sua formação um duplo caráter: de história social e política e de história natural.

Essa coleção, doada ao governo do Estado, em 1890, era muito variada, contemplando a botânica, mineralogia, paleontologia, arqueologia e etnologia, ainda numismática, artefatos indígenas, objetos domésticos, jornais, quadros, instrumentos musicais, raridades, que mais se assemelhava a um gabinete de curiosidades, mas de inegável valor à cultura brasileira. Dada a quantidade e a diversidade de seus objetos, sendo inclusive equiparada por especialistas estrangeiros ao acervo do Museu Nacional, essa coleção foi sendo, ao mesmo tempo, acrescida ao longo dos anos sob a orientação de seus diretores, e desmembrada, dando origem a outros museus. Em 1905, alguns quadros foram transferidos para a Pinacoteca; em 1927, parte do acervo foi transferida para a criação do

Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal; na década de 1930, contribuiu para a criação do Museu de Mineralogia e do departamento de zoologia da Secretaria da Agricultura, mais tarde, Museu de Zoologia; e em 1989, teve seu último desmembramento na área de arqueologia e etnologia para a formação do MAE. A partir de então, o Museu Paulista tornou-se um centro exclusivamente da área da história e assumiu uma orientação acadêmica mais efetiva no campo da história da cultura material.

O Plano Diretor de 1990, do professor Ulpiano Bezerra de Meneses, traçou uma clara diretriz para a sua consolidação enquanto um museu universitário de história. A partir da cultura material, tomando por base não apenas os acervos materiais mas os sistemas aos quais se inserem e as estruturas sociais das quais participam, foram estabelecidas três linhas de pesquisa: Cotidiano e Sociedade; Universo do Trabalho; História do Imaginário, que seguem em vigor até os dias de hoje (ORNSTEIN, 2015, p.267), subsidiando a ampliação do acervo e fomentando as exposições do museu.

O museu organiza-se, segundo a natureza do seu acervo, em seis áreas: Documentação Textual e Iconografia; Objetos, subdividida em dois setores: indumentária e numismática; Conservação, organizada segundo os suportes: madeira, papel, pintura e têxteis, e a conservação preventiva; além de duas áreas de difusão: Atividades Educativas e Museografia e Comunicação Visual.

O Museu Paulista promove uma dinâmica linha editorial decorrente das pesquisas desenvolvidas e dos encontros científicos realizados e publica o periódico *Anais do Museu Paulista*, criado em 1922, que desde então teve sua publicação interrompida apenas no período entre 1987 e 1993. A partir de então acrescentou o subtítulo História e Cultura Material, e constitui uma referência no campo da história social.

O reconhecimento de sua contribuição à área da museologia e ao conhecimento científico pode ser avaliado pelos trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre sua história e acervo. Nos últimos 25 anos há mais de 15 trabalhos acadêmicos, entre dissertações, teses e livros sobre o Museu

Paulista. Alguns são referências constantes nas pesquisas acadêmicas: SCHWARCZ, 1992; ELIAS, 1996; PAULA, 1998 que acabam por difundir a diversidade de seu acervo. Em uma rápida busca no Portal de Teses da USP há 3.100 ocorrências para o termo “Museu Paulista”.

Museu Republicano de Itu

Criado pela Lei n.º 1.856, de 29 de dezembro de 1921, como extensão do Museu Paulista, na cidade homônima, o Museu Republicano de Itu segue as mesmas diretrizes do museu-sede, com foco no movimento republicano, na primeira república e também na história de Itu e região, com ênfase no século XIX, tratados sob a perspectiva da cultura material.

Está instalado em um sobrado histórico do início do século XIX, onde se deu a Convenção Republicana de Itu, da qual se desencadeou a campanha republicana e a fundação do Partido Republicano Paulista. Trata-se de importante polo de extensão universitária, uma vez que amplia as fronteiras da metrópole paulistana, alcançando outros municípios. Marca a presença da USP na cidade de Itu, participando ativamente da sua dinâmica cultural. Atualmente ocupa, além do sobrado histórico, mais dois imóveis: a casa do Barão, localizado na mesma rua do sobrado, que abriga a Biblioteca, a área administrativa e a área científica e de curadoria da instituição; e a Casa da USP, onde foram alojadas atividades de conservação e restauração dos acervos.

O Museu Republicano, como todos os museus estatutários, promove o conhecimento científico do patrimônio sob sua guarda, e oferece educação não formal e formação acadêmica complementar, realizando cursos, reuniões científicas, oficinas e atendimentos a públicos diversificados, como pesquisadores nacionais e estrangeiros, professores, educadores e estudantes de diferentes níveis.

Museu de Zoologia

Constituído a partir da coleção de zoologia do Museu Paulista, foi transformado em instituição especializada em 1939, instalado em seu atual edifício, projetado pelo arquiteto Christiano Stockler das Neves, em 1941, e

incorporado à USP em 1969. Os museus de história natural são centros fundamentais para o desenvolvimento da zoologia, pois a partir do seu acervo estabelece-se uma imbricada relação entre pesquisa, ensino e extensão universitária.

Detentor de um dos maiores acervos zoológicos da América Latina, com mais de 10 milhões de exemplares preservados, entre esses alguns testemunhos únicos sobre espécies e ecossistemas, hoje já extintos, o Museu de Zoologia da USP é uma referência internacional no desenvolvimento do conhecimento acerca da biodiversidade brasileira e global, tendo sido a primeira instituição brasileira a ser reconhecida como fiel depositária pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Ministério do Meio Ambiente) (TAVARES, 2015, p.258). Seu acervo constitui fonte privilegiada para pesquisas sobre biologia evolutiva, paleontologia, ecologia, e biologia molecular, que se desdobram em estudos de monitoramento ambiental, mudanças climáticas e bioprospecção, temas de grande relevância no momento atual, cuja quantificação dos trabalhos é de impossível verificação.

Organizado em duas seções: Vertebrados (aves, anfíbios, mamíferos, peixes, répteis) e Invertebrados (crustáceos, insetos e moluscos), promove, com base no seu acervo, exposições de longa duração, temporárias e itinerantes, e seminários, constituindo um centro de referência nacional e internacional para área da zoologia. Seu acervo tem tido relevante papel na formação dos zoólogos, sendo fonte para mais de 500 trabalhos acadêmicos orientados pelos docentes do museu, inclusive para pesquisadores estrangeiros, e mais de 3.580 artigos científicos publicados pelos seus docentes.

Sua atividade de ensino concentra-se na pós-graduação com o programa Sistemática, Taxonomia Animal e Biodiversidade, criado em 2011, e também participa do programa interunidades dos museus estatutários da USP com três linhas de pesquisas: História dos processos museológicos, coleções e acervos; Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos; e Salvaguarda do patrimônio cultural e

coleções museológicas. Edita, desde 1940, duas revistas científicas de circulação internacional: *Papéis avulsos de Zoologia e Arquivo de Zoologia*, que publica sistematicamente pesquisas sobre a biodiversidade no Brasil.

Museu de Arqueologia e Etnologia

O MAE, criado pela Resolução n.º 3560, de 12/8/1989, reúne os acervos do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia, do ex-Instituto de Pré-História, do Museu Paulista e do Acervo Plínio Ayrosa (Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras), acrescidos de novas aquisições e das pesquisas realizadas, constituindo um rico patrimônio proveniente das sociedades indígenas americanas do período pré-colonial até a atualidade. A fusão dos vários acervos exigiu grande esforço para a compatibilização de princípios e métodos de ensino, pesquisa e extensão, pois ao mesmo tempo que se abria, por um lado, uma rara oportunidade para a criação de um novo museu universitário a partir da reunião, não só das coleções, mas do corpo científico e técnico, constituindo uma experiência ímpar em todas as ações do processo curatorial; por outro, era necessário salvaguardar as experiências acadêmicas constituídas a partir dessas coleções (BRUNO, 2015, p.246). O enfrentamento de tal desafio deu ao MAE, a partir de então, um protagonismo nas discussões e nas iniciativas para a inserção dos museus na estrutura universitária.

Em 1997, durante a gestão do professor Adilson Avansi de Abreu, o MAE teve o seu Regimento Interno aprovado, tornando-se o primeiro museu estatutário da USP a ter um regimento próprio. O MAE organiza-se em duas divisões: Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão e Divisão de Apoio ao Ensino.

Desde a década de 1990 oferece cursos de extensão, graduação e pós-graduação, com algumas iniciativas importantes tanto no campo do conhecimento científico da arqueologia como da museologia. Promoveu, entre 1999 e 2006, quatro edições do curso de especialização em museologia, com 112 egressos que se encontram atuando com destaque

nas várias instituições museológicas do país, bem como docentes em cursos de museologia. Em 2004 assumiu a responsabilidade pela pós-graduação em arqueologia, contando com 24 orientadores e uma média de 110 alunos, entre mestrandos e doutorandos. Participa do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, detendo sua coordenação desde 2012. Com ações diferenciadas para o público mais amplo, como exposições, publicações em várias mídias, o MAE atinge o público especializado com a *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Dono de uma trajetória reconhecida nacional e internacionalmente, o MAE ainda aguarda sua sede definitiva, cujo projeto, de autoria de Paulo Mendes da Rocha, foi apenas parcialmente executado - estando as obras paralisadas desde 2014.

Museu de Arte Contemporânea

Criado em 1963, a partir da incorporação à USP do acervo do antigo Museu de Arte Moderna (MAM) - formado pelas coleções do casal de mecenas Yolanda Penteadó e Ciccillo Matarazzo, pelos prêmios das Bienais de São Paulo, até o ano de 1961, e pelas aquisições do próprio museu nesse período, num total de 1.691 obras de importantes artistas do século XX, brasileiros e estrangeiros, como Amedeo Modigliani, Pablo Picasso, Joan Miró, Alexander Calder, Wassily Kandinsky, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Emiliano Di Cavalcanti, Alfredo Volpi, Lygia Clark, além de uma rara coleção de arte italiana do começo do século XX.

Sob a orientação do professor Walter Zanine, o MAC passou a incorporar obras de arte conceitual e de novas tecnologias, tornando-se um centro de referência da arte contemporânea; a partir de 1973 foi introduzida a fotografia em sua coleção, numa atitude inédita no âmbito da arte contemporânea. O MAC vem sistematicamente ampliando seu acervo com novas aquisições e doações, contando hoje com cerca de 10 mil obras nos mais diversos suportes. Passaram a fazer parte do seu acervo obras de Henry Moore, Cildo Meireles, Julio Plaza, Joseph Beuys, Leda Catunda, Rosângela Rennó, Jonathas de Andrade, que ampliaram a representatividade das manifestações artísticas contemporâneas.

Quanto à instalação de sua sede, foram várias as tentativas, sendo uma delas, como já comentado, de autoria de Paulo Mendes da Rocha e Jorge Wilhelm, cujas “fundações chegaram a ser iniciadas, não se sabendo por que a obra foi abandonada” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985, p. 66). No início dos anos 1980, a diretora, professora Aracy Amaral, retomou a ideia de transferi-lo para a Cidade Universitária, quando passou a ocupar um espaço de 900m² projetado pelo arquiteto Carlos Lemos, aproveitando estruturas já construídas, dentro do argumento da viabilização econômica (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1985, p.67). Em 2013, o MAC foi transferido para o antigo Palácio da Agricultura no Parque Ibirapuera, projeto por Oscar Niemeyer e equipe para a comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo.

A sua localização próxima ao parque público mais atrativo da cidade, com vários equipamentos culturais - Fundação Bienal de São Paulo, Museu de Arte Moderna, Museu Afro-Brasileiro, Pavilhão das Culturas, além do Auditório do Ibirapuera - ampliou exponencialmente sua visibilidade junto ao público externo.

O museu está estruturado a partir da indissociável relação entre curadoria e docência, mantendo intensa atividade acadêmica, com corpo próprio de docentes, com oferta de disciplinas optativas de graduação e pós-graduação, cursos de extensão universitária, e promoção de simpósios, congressos e encontros que estimulam as discussões no âmbito das artes. No início da década de 1990, foi implantado um curso de pós-graduação *lato sensu* – Estudos de Museus de Arte, e em 2008 o curso Curadoria e Educação em Museus de Arte, que juntos formaram 156 especialistas. A partir de duas linhas de pesquisa: Teoria e Crítica da Arte e Educação em Museus de Arte, estruturam-se as disciplinas optativas de graduação estabelecidas a partir de 2002. O MAC também participa do Programa de Pós-Graduação Interunidades na área de Estética e História da Arte, envolvendo sete unidades da USP.

Instituto dos Estudos Brasileiros

Criado em 1962, sob a orientação do historiador Sérgio Buarque de Holanda, o IEB reúne um raro e diversificado acervo sobre o Brasil

constituído de 500 mil documentos, 180 mil livros e 5 mil objetos de arte, que abrangem do século XVI ao século XXI, uma preciosa fonte para os estudos sobre o Brasil, procurada desde sua criação por pesquisadores de todo país e do mundo (MELLO E SOUZA, 2015, p.175). Concebido como um órgão de integração da USP, que congrega várias de suas unidades em torno da reflexão sobre o Brasil, esse instituto de pesquisa ligado diretamente à reitoria é reconhecido internacionalmente como o maior centro de documentação relativo ao movimento modernista brasileiro.

A base da sua coleção são doações de escritores, artistas, estudiosos, pesquisadores, intelectuais que constituem fundos preservados na sua integridade, de modo a não perder o caráter das coleções e permitir o livre cruzamento de dados que possibilitam pesquisas transdisciplinares. A partir da sistematização das pesquisas realizadas ao longo dos anos, o IEB estabeleceu uma política para aquisição de novos acervos. Sua participação no ensino vem aumentando, com um número crescente de disciplinas de graduação e, a partir de 2009, com a implantação de um curso de pós-graduação, além dos cursos de extensão.

Apesar de não se constituir oficialmente como um museu, o IEB cumpre todas as condições que permitem classificá-lo como tal. Responsável pela conservação desse extraordinário acervo, além de pesquisas temáticas sobre as coleções, o IEB tem acesso público e promove periodicamente exposições, seminários e cursos de difusão, além da edição de um periódico, *Revista do IEB*, que divulga pesquisas sobre o Brasil.

Está instalado em prédio especialmente projetado pelos arquitetos Eduardo de Almeida e Rodrigo Loeb para acolhê-lo ao lado da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, que fazem desse complexo um lugar de destaque na Universidade.

Museus e Coleções Associados a Unidades de Ensino

Os acervos da USP, como apontado anteriormente, têm aumentado exponencialmente graças ao empenho de docentes e funcionários,

entretanto, de forma empírica, dificultando sua identificação e sistematização. A extensão de seus cursos, a diversidade de seus acervos, a distância entre seus sete *campi* e as unidades espalhadas pela cidade, além da eventual falta de interesse pelo tema, fazem desse inventário um grande desafio.

O Museu de Ciências da USP, inicialmente idealizado para promover a integração entre acervos e coleções com o objetivo de formar uma rede interligada de conhecimento, seria o canal ideal para esse inventário. Oficialmente implantado em 2002, no âmbito da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, com a missão de articular e divulgar o patrimônio científico e cultural da USP, não tem acervo físico, e reúne em seu corpo deliberativo representantes de 41 unidades e órgãos. Teve como primeiro projeto uma exposição com o tema *Água*, executado em 2009, em parceria com todos os museus e muitas coleções, em uma tentativa de aproximação do patrimônio científico.

A partir das referências: *Diagnóstico dos acervos da USP*, de 2000; Catálogo das Coleções especiais e acervos museológicos, de 2003, *USP Museus e Acervos*, de 2013; das edições comemorativas da criação da Universidade e do inventário sistemático que o CPC-USP vem realizando, é possível verificar algumas coleções já identificadas como museus. São coleções de diferentes origens, mas essencialmente vinculadas às práticas acadêmicas. Muitas são frutos dos laboratórios de professores aposentados, outros da obsolescência dos próprios equipamentos ou das rotinas das salas de aula e das pesquisas.

Os professores que vieram para a antiga Faculdade de Medicina, e depois trabalharam em outras escolas - é o caso, por exemplo, de Afonso Bovero -, para ministrar suas aulas, acabavam fazendo pesquisas que originaram coleções. O pessoal da Geologia, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fazia trabalho de campo, coletando rochas e minerais. A própria Escola Politécnica, na medida em que ia reequipando seus laboratórios, ia montando uma coleção com os equipamentos progressivamente superados, mas que tinham um papel importante no desenvolvimento da ciência. Surgiram assim, coleções nas unidades, motivadas pela pesquisa ou pelo ensino. Essas coleções acabam sendo tratadas em segundo plano, sem

o necessário apoio em termos de reserva técnica, ambientes para a preservação, especialistas para a catalogação, etc. (ABREU, 2005, p.667).

Segundo o Catálogo de 2003, excetuando-se os museus estatutários e instituto especializado, foram identificados 13 museus, 20 acervos e 45 coleções. Muitas dessas coleções, embora não tenham um caráter museológico quanto à pesquisa, conservação e extroversão, sem dúvida dispõem de potencial para integrar e/ou constituir um museu. Foram identificadas apenas duas unidades fora da cidade de São Paulo, uma em São Carlos e uma em Piracicaba. Dentre os museus e acervos levantados há uma predominância nas áreas de biocências e medicina, com dez registros - oito das áreas de exatas e apenas dois das áreas de humanas -, enquanto entre os estatutários, a maioria está relacionada às áreas de humanas e artes.

Os dados apresentados nesse catálogo permitem vislumbrar a ordem de grandeza, a natureza dos objetos e a data de criação dos acervos inventariados, que anunciam o desafio a ser enfrentado para o mapeamento completo e para a preservação desse patrimônio.

O Museu da Educação e do Brinquedo, vinculado à Faculdade de Educação criado em 1999 a partir de doações, possui um acervo de aproximadamente 2 mil peças de brinquedos diversos datadas de 1910 a 1990: bonecas, carrinhos, trens, acessórios de casa, eletrônicos, musicais, jogos, livros, além de material pedagógico e fotográfico das primeiras pré-escolas paulistas.

A Faculdade de Medicina conta atualmente com dois museus. O Museu Histórico professor Carlos da Silva Lacaz – criado em 1976, foi o primeiro museu de cultura médica do Brasil, cujo acervo de 2 mil peças reúne documentos institucionais, coleções iconográficas, quadros, discos, livros, mobiliário, aparelhos e instrumentos médicos. Está incorporada a este museu a coleção do Museu Ceroplástico Augusto Esteves, criado em 1980, e composto de 259 peças em cera representando lesões dermatológicas especialmente encomendadas para apoio didático. Dispõe de catálogo da exposição e os dados estão disponíveis

digitalmente. O Museu Técnico Científico do Instituto Oscar Freire – anterior à criação da USP em 1934, tem um acervo relativo à medicina legal, constituído a partir da doação do professor Oscar Freire, cujo inventário ainda está em fase de complementação.

O Museu de Anatomia Humana Prof. Afonso Bovero, do Instituto de Ciências Biomédicas, é anterior à criação da USP, conta uma coleção de 1.800 peças anatômicas, das quais 1.500 em exposição. De caráter didático, o museu organiza-se segundo os aparelhos que constituem o corpo humano.

O Museu do Instituto de Psicologia teve sua origem no Centro de Memória desse Instituto, criado em 2001 por iniciativa do professor e diretor na época, César Ades. Apenas em 2015, foi transformado em Museu, com aprovação da congregação, por isso não consta dos catálogos mencionados. O acervo é composto por fotografias, documentos históricos e raros de docentes, funcionários e alunos; obras raras, periódicos antigos, audiovisuais, teses e equipamentos utilizados em pesquisas. O Museu tem por objetivo fomentar o ensino e a pesquisa na área da Psicologia e proporcionar interação entre o conhecimento produzido no Instituto e a sociedade, ajudando a resgatar e preservar a memória da área como ciência e do próprio Instituto desde sua criação, em 1969.

O Museu de Anatomia Veterinária Prof. Plínio Pinto e Silva, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, foi criado em 1984. Seu acervo de 1200 peças de animais taxidermizados, esqueletos e órgãos de diferentes animais domésticos e silvestres foi constituído por iniciativa da própria Faculdade de Veterinária em diferentes momentos. Além da visita pública, tem uma base de dados digital.

O Herbário do Departamento de Botânica criado, em 1932, na Faculdade de Farmácia foi transferido para o Instituto de Biociências em 1959. Possui um acervo de 230 mil exsiccatas, das quais 23 mil algas, uma das maiores coleções da América Latina, além de cerca de 100 mil plantas de campos rupestres, uma das mais representativas do mundo. Há várias coleções, sendo as mais relevantes: Flora dos Campos Rupestres (MG, BA, GO, TO); Flora do Pico das Almas, Flora da Serra do Cipó; Flora do

Grão Mogol; Flora de Catolés; Flora de São Paulo; além das coleções de W. Hoehne e A. B. Joly. O acervo tem sido constituído por coletas dos botânicos da USP.

O Instituto de Oceanografia da USP (IOUSP) criou em 1988, o Museu Oceanográfico, com um acervo de cerca de 2 mil exemplares de organismos marinhos conservados para empréstimo e diversos organismos vivos distribuídos em aquários, simulando os principais ambientes marinhos. Em 2012 instalou um sistema - Ciência na esfera - utilizado como recurso didático tanto por professores da USP como em visitas monitoradas para escolas. Em 2003 foi criada por portaria da diretoria uma Comissão de Preservação da Memória Histórica do IOUSP, com o objetivo de preservar a documentação instrumental e pessoal de toda a memória do Instituto, uma atitude inusitada na preservação da memória científica.

O Museu de Geociências, do Instituto de Geociências foi criado em 1981 a partir de um acervo organizado anterior à criação a Universidade, conta hoje com um acervo de 15 mil peças de rochas, minerais, minérios, gemas, espeleotemas, fósseis e meteoritos, das quais 5 mil estão em exposição.

A Estação Ciência, inicialmente vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e incorporada à USP em 1990, foi concebida como um centro de difusão científica com o objetivo de divulgar e popularizar a ciência, com exposições temáticas abrangendo 12 áreas: universo, planetário, matemática, física, atlas, Butantã, caracol, plantas carnívoras, Petrobrás, bacia hidrográfica, meteorologia e geologia. Fechada para visitação pública desde 2013, foi desativada em 2016, quando o acervo de cerca de 850 peças foi desmembrado e transferido para outras unidades da USP, concentrando-se prioritariamente no Parque de Ciência e Tecnologia da USP (Cientec), onde se encontra armazenado, aguardando local adequado para sua implantação.

A Universidade de São Paulo tem presença em oito outros municípios, além da capital: Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, São

Carlos, Ribeirão Preto, Santos e São Sebastião, mas apenas em Piracicaba, Santos e São Carlos há acervos de caráter museológico.

O Museu e Centro de Ciências, Educação e Artes Luiz de Queiroz, vinculado à Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (ESALQ). Localizada em Piracicaba, é anterior à criação da universidade, tendo um acervo composto de cerca de 3 mil itens, predominantemente equipamentos agrícolas, mas inclui também mobiliário, fotos, quadros, documentos. Além da visita ao local o acesso à coleção pode ser feito por via digital.

O Museu de Computação Professor Odelar Leite Linhares Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação/USP São Carlos foi formalizado na última década, embora algumas coleções já estivessem inventariadas e disponíveis à visitação pública. O acervo é constituído de máquinas e instrumentos de cálculo, doados pelos docentes e pelo próprio ICMC.

No catálogo de 2003, há ainda referência ao Centro de Divulgação Científica e Cultural da USP/São Carlos, acolhendo dois museus: o Museu de Ecologia e o Museu de Física, entretanto, trata-se de um espaço expositivo para divulgação da ciência, e não de um acervo com curadoria e pesquisa. A exposição de Ecologia tem como suporte aquários marinhos e de água doce contendo espécies de algas e animais marinhos, peixes, répteis, e recintos de saúvas e abelhas. A exposição de Física é baseada em experimentos para suscitar a curiosidade do público, com alguns equipamentos: levitador, pêndulo de Newton, túnel infinito etc.

Embora não registrado no catálogo de 2003, o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, situado na divisa entre os municípios de Santos e São Vicente, no estado de São Paulo, é um importante sítio arqueológico incorporado à USP em 1958. Trata-se da mais antiga evidência física preservada da colonização portuguesa em território brasileiro, cuja construção remonta a 1534, onde a USP criou uma base avançada de Pesquisa, Cultura e Extensão, atraindo historiadores, filósofos, arqueólogos, geógrafos, biólogos, engenheiros, arquitetos, jornalistas e educadores.

Coleções

Dentre as 45 coleções identificadas pelo catálogo de 2003, algumas são compostas por livros raros, como as da Faculdade de Direito. Esta identificação tem suscitado uma reflexão sobre a constituição de uma biblioteca central de obras raras, crescentemente apoiada pela possibilidade de digitalização dos originais.

A Faculdade de Arquitetura é a que tem o maior número de coleções: 21, compostas por desenhos de importantes arquitetos que atuaram na cidade de São Paulo, constituindo a maior referência de desenhos de arquitetura da América Latina. São milhares de folhas de grande formato em papel vegetal, desenhadas a lápis ou a nanquim, que exigem cuidadoso trabalho de conservação e armazenamento.

O resultado mais recente do levantamento sistemático que o CPC reúne do patrimônio da USP, aponta um aumento no número de acervos registrados no catálogo de 2003, introduzindo 22 novas referências. Os dados dos acervos e coleções são fornecidos pelas unidades e órgãos, cabendo ao CPC reuni-los numa base comum, e orientar quanto ao processo de inventariação. No entanto, mais significativa do que essas novas entradas é a constatação da falta de cruzamento entre os vários inventários já realizados e um desconhecimento das informações, apesar do registro em publicações e meios digitais. Essa atualização poderá dar continuidade à proposta lançada pelo catálogo de 2003 de identificar o uso das coleções da USP em trabalhos acadêmicos, informação essa que dará a dimensão da importância desses acervos na construção do conhecimento científico.

Perspectivas Futuras

Com ampla experiência no contato com a sociedade em geral, na visitação e no atendimento aos pesquisadores, os museus da USP constituem uma base de apoio fundamental para consolidar os princípios que conformam a universidade: ensino, pesquisa e extensão. Pelo constante diálogo com o público externo, constituem lugares privilegiados

para a experimentação de novas e renovadas formas de fazer pesquisa, expondo-a abertamente em franca discussão com a sociedade, desmistificando a construção do conhecimento científico ao explicitar suas contradições, controvérsias, dúvidas, limites e possibilidades.

O sinuoso percurso aqui apresentado, com lacunas, interrupções, saltos e muitos desvios, expõe a complexidade da integração dos museus na estrutura universitária, cabendo-nos destacar os riscos da informalidade ainda dominante na organização dos acervos e da ausência de sua devida problematização.

Por um lado, a trajetória dos principais museus da USP evidencia sua relevância tanto na formação acadêmica como no desenvolvimento da pesquisa e na constituição do conhecimento científico. O contato com a cultura material imprescindível ao processo de conhecimento, a ampliação do campo da docência, seja pelos cursos de extensão, graduação e pós-graduação, a imbricada relação entre curadoria e docência, abrindo um leque de possibilidades de construção de conhecimento inter e transdisciplinar, e a oportunidade de formação profissional pelos estágios oferecidos em todos os museus, são contribuições abertamente reconhecidas. Dada a natureza dos museus, o seu papel no ensino de certas áreas do conhecimento é intransferível às tradicionais salas de aula, bem como sua contribuição à capacitação profissional.

Por outro lado, apesar do avanço no reconhecimento do valor do patrimônio da USP por boa parte da comunidade acadêmica, há ainda uma grande incompreensão por muitos do papel desses acervos, e permanece ainda uma resistência na assimilação desses órgãos na estrutura dinâmica acadêmica. Seja em relação à capacitação profissional, cujas carreiras ainda não se adequam às necessidades funcionais, seja em relação às condições da preservação dos acervos, entendida no seu sentido mais amplo, envolvendo da identificação à extroversão, que ainda estão longe dos padrões esperados para uma universidade que se pretende de excelência. A escala de prioridade tanto de recursos humanos quanto financeiros quase nunca favorece os museus.

Iniciativas como a Praça dos Museus, o *Core Facility*, a rede dos museus e os editais, que avançariam muito nas condições museológicas, precisam ser retomadas antes que novas sejam lançadas.

Fruto dessa longa trajetória de contribuições diversas, o CPC, após mais de um ano de discussão, elaborou a minuta de uma carta patrimonial, que foi aberta para consulta pública na comunidade acadêmica e referendada em um fórum aberto realizado, no dia 09/08/2017, no auditório István Jancsó, no campus da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira. Organizada em 15 tópicos abrangendo princípios, objetivos, diretrizes e recomendações, essa carta visa aproximar professores, estudantes e funcionários à problemática patrimonial. Buscando não diferenciar e não hierarquizar, sob o ponto de vista do tratamento, os vários suportes, sejam bens materiais ou imateriais, a carta busca alertar e orientar a universidade sobre a sua responsabilidade sobre esses bens.

Referências

ABREU, Adilson Avanci de. Entrevistas. In: MOTOYAMA, Shozo (Org.). **USP 70 anos**: imagens de uma história vivida. São Paulo: Edusp, 2006. p.657-674.

BRANDÃO, Carlos Roberto Ferreira; COSTA, Cleide. **Uma crônica da integração dos museus estatutários à USP**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5458>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BRUNO, Maria Cristina. O reflexo dos 25 anos do Museu de Arqueologia e Etnologia nos 80 anos da USP. In: GOLDEMBERG, José. **USP 80 anos**. São Paulo: Edusp, 2015. p.245-250.

CALDAS, Marília Junqueira de. **A USP e seus desafios**: I Fórum de Políticas Universitárias: módulos 2 e 3. São Paulo: Edusp, 2001.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2004. Edição fac-similar. 1. ed. 1954.

ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

GOLDEMBERG, José. **USP 80 anos**. São Paulo: Edusp, 2015.

HAMBURGUER, Ernest Wolfgang. Ação cultural. In: CALDAS, Marília Junqueira de. **A USP e seus desafios**: I Fórum de Políticas Universitárias: módulos 2 e 3. São Paulo: Edusp, 2001.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; UNB, 2009.

MELLO E SOUZA, Marina. Missões e ações dos estudos avançados. In: GOLDEMBERG, Jose (Coord.). **USP 80 anos**. São Paulo: Edusp, 2015. p.171-174.

MOTOYAMA, Shozo (Org.). **USP 70 anos**: imagens de uma história vivida. São Paulo: Edusp, 2006.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. Museu Paulista: contribuições acadêmicas e políticas públicas. In: GOLDEMBERG, José (Org.). **USP 80 anos**. São Paulo: Edusp, 2015. p. 263-274.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. **Inventando moda e costurando história pensando a conservação de têxteis no Museu Paulista**. São Paulo: ECA/USP, 1998.

SANTOS, Maria Cecilia Loschiavo dos; DAHER, Luiz Carlos. **O espaço da USP**: presente e futuro. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1985. 256 p.

SCHWARZ, Lília. **Homens de ciencia e a raça dos homens cientistas, instituições e teorias raciais no Brasil e finais do sec XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

TAVARES, Marcos; Lamas, Carlos José Einicker; Vivo, Mario de; Menezes, Naercio A.. **80 anos da USP**: principais contribuições do Museu de Zoologia. In: GOLDEMBERG, José (Org.). *USP 80 anos*. São Paulo: Edusp, 2015. p. 257-262

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão de Patrimônio Cultural. **Catálogo das coleções especiais e acervos museológicos da USP**. São Paulo: CPC/SIBI-USP, 2003.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira. **O espaço da USP**: presente e futuro. São Paulo, 1985.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Comissão de Patrimônio Cultural. **Bibliografia**: coleções e acervos da USP - Museu de Zoologia. São Paulo: CPC/MZUSP, 2001. (Referências bibliográficas de dissertações e teses, 1).

WITTER, José Sebastião. **USP 50 anos**: registro de um debate. São Paulo: Reitoria da USP, 1984.

